

EM LUTA

Secção Portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional

É NECESSÁRIA UMA ALTERNATIVA
REVOLUCIONÁRIA

ACABAR COM A FARRA DOS BANCOS!



CONTROLO PÚBLICO DOS PREÇOS DA HABITAÇÃO!



Sahel dos
Golpes à
Revolução?

Págs. 10



A luta dos professores:
balanços e
perspectivas

Págs. 6



Lay-off na AE:
Dinheiro para as
empresas, crise para
os trabalhadores

Págs. 4 e 5



EDITORIAL

As contas certas de Costa estão a dar cabo de nós

Há alguns dias ficámos a saber pelo INE que as contas do Estado tiveram um saldo orçamental positivo de 1,1% do PIB no 1.º semestre deste ano e que podemos chegar ao final de 2023 com um saldo correspondente a +0,9% do PIB, segundo o Conselho de Finanças Públicas.

Estas notícias, que o governo vende como grandes vitórias da sua governação, não correspondem, todavia, à situação de profunda crise social que atravessa o país, de onde se destaca a crise da habitação, os altos preços dos bens essenciais e combustíveis, a falta de professores por todo o país ou a destruição progressiva do SNS.

As contas certas contam no investimento público num projeto de país digno para a classe trabalhadora. Resultado: ter trabalho deixou de garantir o sustento, mas pessoas a viver na rua e jovens sem perspetiva de futuro. O dinheiro está no lugar errado, a começar pela proteção aos bancos (pelo governo e Banco Central Europeu/União europeia) que fazem a festa com os juros, enquanto o povo luta para não entrar em incumprimento e conseguir comer. As contas certas estão a dar cabo de nós, trabalhadores, jovens e população mais pobre que somos a maioria do país.

Ao mesmo tempo, o Chega com a sua moção de censu-

FICHA TÉCNICA

Registo: 127652
Diretora: Flor Neves
Proprietária/Editora: Cristina Portella
Sede da redação e edição: Rua Carlos Mardel, 05, Caveira do Alegrete Lisboa – Bico do Alegrete Lisboa

Nota: Estamos numa nova fase do nosso jornal. Após 32 edições, passamos a editar o nosso jornal com o número de registo. Por isso este é o Jornal Em Luta nº12 – Nova Fase.

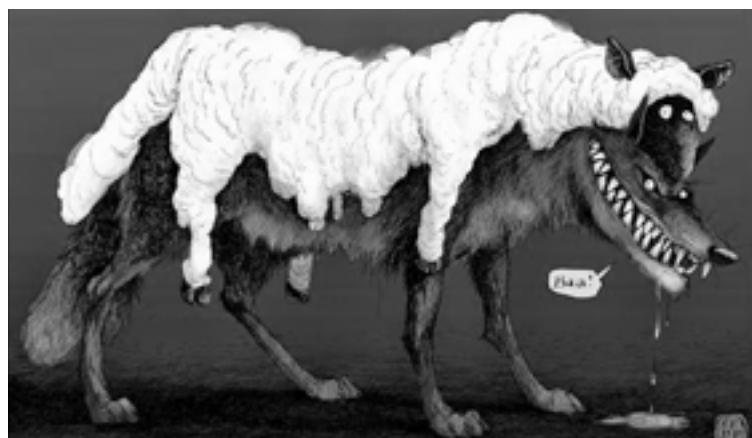
ra ao governo do PS procura cavalgar esta situação dramática, apresentando-se contra “a degeneração do sistema democrático”. O programa do Chega de democrático não tem nada e é ainda mais liberal e destrutivo nos pontos em que critica o PS – saúde, habitação, pobreza, justiça e TAP. O seu projeto não implica o reforço de nenhum destes serviços públicos, propondo o reforço da desregulação privada e dos interesses dos grandes patrões, enquanto ataca as liberdades democráticas, com uma política autoritária e claramente xenófoba.

O resto da direita e o seu neoliberalismo não é alternativa, como os governos anteriores bem demonstraram.

Mas também na esquerda parlamentar não há um caminho que se distancie do PS. A Geringonça serviu para afojar a combatividade das lutas em acordos com o PS que não revertem austeridade e reforçaram este partido. Não há pacto com o PS que sirva os trabalhadores, ao contrário do que tanto PCP e BE procuram.

As manifestações dos professores e da habitação mostram o caminho que é preciso trilhar de independência do governo e dos patrões para impor soluções que verdadeiramente sirvam trabalhadores e a população mais pobre.

Sobre o pacto social da CIP: cuidado com o lobo com pele de cordeiro



Nos últimos dias, têm vindo a público notícias a desinformar a população sobre uma proposta de aumentos salariais para os trabalhadores oriunda dos representantes da Confederação Empresarial de Portugal (CIP).

DA REDAÇÃO

Mas o 15.º salário, a redução de impostos e o aumento de 14,75% que a CIP apregoava representam um rombo nos

serviços públicos, uma redução efetiva de salário pela componente salarial que é paga pelos patrões à Segurança Social, além de um ataque às pensões e reformas.

O que apresentam então os patrões como proposta?

- As duas propostas mais atraentes aos olhos dos trabalhadores (o aumento salarial de 14,75% e o 15.º salário) vêm num documento que não apresenta propostas isoladas, mas um pacote que assenta em dois objetivos principais, a saber, manter as condições de trabalho na atual precariedade e reduzir os impostos para as empresas.

- A proposta de aumento de 14,75% pressupõe na verdade uma redução do IRC de 21% para 17%, ao mesmo tempo que propõe incluir nas deduções da matéria coletável os aumentos salariais e os prémios pagos aos trabalhadores.
- Na prática, a proposta significaria um aumento de 4,75%, sendo o restante direcionado para fundos individuais para

a reforma, um primeiro passo para que esta passe a depender de planos de pensões privados. Ainda que o presidente da CIP diga que é para a Segurança Social pública, implicaria a redução da Taxa Social Única (TSU), proposta há muito defendida pelos patrões.

- O objetivo destas propostas traz consigo ainda o desmonte dos serviços públicos, como a saúde e a educação, já muito depauperados pela abertura ao privado.

- É por isso que aos trabalhadores só resta, não caindo no engodo das propostas dos patrões, lutar por aumentos significativos do salário, contra a precariedade laboral, e por melhores condições de trabalho.

Exploração de Lítio ameaça destruir a Região do Barroso

A decisão da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) de viabilizar a exploração do lítio na mina do Romano, no concelho de Montalegre, terá “impactos completamente arrasadores” para as populações do Barroso, região reconhecida como património agrícola mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

CRISTINA PORTELLA

A primeira derrota das populações do Barroso na sua luta contra a exploração do lítio, mineral essencial para baterias de carros elétricos e a denominada transição energética, afetou o concelho de Boticas. Também lá, a APA emitiu uma Declaração de Impacto Ambiental (DIA) favorável ao negócio, neste caso capitaneado pela britânica Savannah Resources. Para o ativista e investigador de ecologias políticas, Francisco

Venes, trata-se de “um estudo de impacto ambiental debilitado e comprometido pelas relações clientelares entre empresas privadas, centros de investigação e o Estado português”.

Agora foi a vez da mina do Romano, no concelho de Montalegre. Para Armando Pinto, um dos fundadores da associação Montalegre com Vida, o projeto da empresa Lusorecursos “vai destruir a região” e terá “impactos completamente arrasadores” para as populações.



A luta vai continuar

A população e os ativistas ambientais prometem não baixar os braços e continuar a luta contra o lítio, seja nos tribunais, seja em atividades de mobilização, como as acampadas “em defesa do Barroso”, que este ano teve a sua terceira edição. Para eles, todas as

garantias dadas pelas empresas e pela APA não são reais. Consideram que a exploração mineira será um acelerador da desertificação da região, de destruição dos empregos existentes na agricultura e no turismo, atualmente em crescimento, além de devastar o

meio ambiente. “Não percebemos como é que, para despoluir, temos que destruir florestas, destruir o meio ambiente, destruir cursos de água, destruir a vida das populações que cá vivem”, lamentou Nelson Gomes, presidente da Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso.

Lê mais em:



Luta contra o lítio também em França

Echassières é uma aldeia típica do departamento de Allier, na região de Auvergne, no centro da França. É assim descrita pelo site Information France: “É uma terra suave de colinas e vales ondulantes, repleta de florestas e riachos e atravessada por vários dos grandes rios da França, como o Loire, o Cher e o próprio Allier”. Pois este verdadeiro paraíso está ameaçado pela multinacional francesa Imerys e o seu projeto de extração do lítio a partir de 2028, entusiasticamente apoiado pelo governo de

Emmanuel Macron. “Em França não temos petróleo, mas temos lítio”, gabou-se o presidente francês. “Vão saquear todo o terreno, tudo por algumas toneladas de lítio”, previu o ambientalista Xavier Thabarant, que se opõe à exploração da jazida em Echassières. O projeto da Imerys é transformá-la na maior mina de lítio da Europa. Thabarant, que pertence a uma associação local que defende a proteção da floresta que faz fronteira

com o projeto mineiro, a Floresta das Colettes, explica por que ele e um grupo de outros moradores estão a fazer campanha contra o projeto da mina: “Teremos essa mina por 20-25 anos, talvez 30 anos, quem sabe, para extrair lítio que usaremos para fazer algumas baterias. Em 50 anos ficaremos sem lítio. E não restará nada aqui além de destruição”.



A NOSSA CLASSE

Depois da pandemia, o vírus do Layoff continua Dinheiro para as empresas, crise para os trabalhadores

Os trabalhadores da VW Autoeuropa e do Parque Industrial estão em regime de layoff, devido a uma quebra na cadeia de fornecimento de motores. Centenas, contratados temporariamente, já foram despedidos.

**JOÃO REIS E
MIGUEL CABRITA**

Segundo a VW Autoeuro-

pa, o Grupo VW tem um único fornecedor para uma peça necessária à produção de grande parte dos motores utilizados pelos carros que saem de Palmela. Fornecedor esse que foi apanhado pelas chuvas e inundações que ocorreram este Verão na Eslovénia.

O lay-off é um roubo

Assim que se começou a falar em paragem e depois em lay-off, a preocupação instalou-se entre os trabalhadores. Diante da crise inflacionária e do aumento dos juros do crédito à habitação que continua a fazer com que sobre mês no fim do salário, a possibilidade de quebra de rendimentos as-

sociada ao lay-off, tornou-se num pesadelo. O lay-off é uma ferramenta legal através da qual as empresas podem ter acesso aos cofres da Segurança Social. A empresa não precisa de se encontrar em sério risco e nem sequer é avaliada a responsabilidade de tal situação.

A praga da subcontratação

Todo este drama do lay-off é multiplicado pela rédea solta que este governo (bem como os anteriores) continua a dar à subcontratação. As empresas por norma recorrem à

subcontratação artificial de diversos serviços para redução de custos e para os poderem descartar em momentos mais críticos. Ao mesmo tempo, a subcon-

A quem pertence a Segurança Social?

Também por estes dias entre os patrões, reina a ideia de que os 23,75% descontados sobre os salários tornam as empresas donas deste setor do estado. Não fossem eles parte interessada nas implicações desta ideia e não passaria de pura ignorância. Um sistema de previdência social universal, que permita atender às necessidades dos trabalhadores – na velhice, doença e desemprego – diante de uma sociedade desigual como é a sociedade capitalista, é o conteúdo que deu ori-

tratação tem como impacto dividir trabalhadores, diferenciando as condições de

trabalho e compartimentando-os entre diferentes patrões.



O Estado não somos todos nós

Repetem-nos todos os dias à exaustão que o Estado somos todos nós. No entanto, é nestes momentos em que fica claro a quem o Estado prontamente responde diante dos problemas que se colocam. Não bastasse toda a experiência a que este layoff na VW Autoeuropa nos tem exposto,

a realidade dura dos trabalhadores que por estes dias perdem o seu trabalho, ou os seus rendimentos, por um erro de gestão das empresas para as quais trabalham, não poderia demonstrar de forma mais explícita a quem pertence o Estado. Para os bombeiros de Pedrogão, para os doentes nas

filas de espera dos hospitais, para os mais de cem mil estudantes sem professores na escola pública, a resposta tarda. Já para uma empresa multinacional que, como o Grupo VW gera mal o seu negócio, ainda que lute milhões e pertença a um gigante do setor, o Estado é rápido e paga o que

for preciso. Ao contrário do que nos contam, o Estado não é dos trabalhadores, ainda que sejam os trabalhadores que o pagam e sustentam. O Estado serve aos interesses dos ricos e poderosos, que tratam os governos como gestores dos seus negócios.

Layoff a 100% ou restringir o abuso do layoff?

Depois de 8 anos a “virar a página da austeridade”, alguns deles com o apoio PCP e o BE, o governo do PS não tem resposta que atenda ao interesse dos trabalhadores. Portugal continua a ser um país de baixos salários diante da inflação, um país de precariedade onde os trabalhadores não ganham para pagar as despesas e onde a bitola é cada vez mais o salário mínimo e os contratos precários.

Erram os que, como o BE e

alguns dirigentes sindicais, têm vindo a público exigir que o Estado pague o layoff a 100%. A exigência deve ser pela restrição do uso e abuso do layoff. Restringir os critérios a verdadeiras situações de crise, que implique a abertura e análise das contas das empresas, e avalie responsabilidades para a situação em que se encontram. Para impedir que empresas que, longe de qualquer crise empresarial, lucram milhões todos os anos possam recorrer aos fundos dos trabalhadores para pagar uma crise criada pelas mesmas. Para obrigar em que diante de situações de verdadeiras crises empresariais os

trabalhadores não sejam os mais afetados, principalmente os precários e que, portanto, exija a garantia de salários completos e a manutenção de TODOS os postos de trabalho. Inclusive, o recurso ao layoff deve permitir a avaliação da apropriação da empresa pelo Estado, sob gestão e controlo dos trabalhadores, para que a sua produção atenda ao interesse dos mesmos e não ao lucro de meia dúzia.

Além de acabar com a farra dos layoffs, aos trabalhadores

apenas resta lutar por melhores salários e condições de trabalho. O que passa pelo fim da subcontratação, pelo fim do trabalho temporário, pela subida do salário mínimo de forma considerável, pela melhoria das condições de saúde no local de trabalho e contra a desregulamentação dos horários de trabalho. Mas também contra o Governo e este sistema dominado pelos interesses dos donos disto tudo, para os quais há sempre dinheiro, em detrimento das necessidades e interesses dos trabalhadores, a maioria da população.

A cadeia de fornecedores, o reino da precariedade

No mundo Autoeuropa muitos trabalham e muito poucos lucram, como por exemplo a empresa Simoldes Plásticos. Desde o fim da década de 50 que começou a produzir moldes e a aproveitar a força de trabalho de uma região portuguesa sem grandes perspectivas. A empresa foi crescendo, sendo hoje um importante fornecedor de peças para a indústria automóvel.

Consegue estes objetivos recorrendo a baixos salários e à precariedade, uma permanente ameaça de desemprego, alimentando a sensação de medo e a competitividade cega entre trabalhadores.

Como a Simoldes, é esta a realidade de grande parte das empresas fornecedoras da Autoeuropa. O problema

não são os trabalhadores da Autoeuropa que conseguiram reduzir o impacto no rendimento da situação de lay-off, mas a precariedade que continua a grassar na maioria das empresas, os baixos salários, o abuso do trabalho temporário, da subcontratação que permite às grandes empresas se multiplicarem artificialmente por muitos fornecedores, para dividir os trabalhadores e aumentar a exploração. O problema é que a lei continua a permitir lay-offs em empresas longe de uma situação de crise empresarial. O que é óbvio na Autoeuropa, mas também acontece em empresas como a Simoldes, que continua em expansão e com excelentes resultados.



NACIONAL

A farra dos bancos não para! Casa é para viver, e não para lucrar!

Depois de pouco mais de sete meses do lançamento do programa Mais Habitação, o PS aprova sozinho no Parlamento um programa que serve, essencialmente, para garantir os lucros dos bancos e especuladores, os maiores beneficiados da atual crise da habitação em Portugal.

JOANA SALAY

O primeiro semestre de 2023 acabou com o anúncio de que os bancos em Portugal atingiram lucros recordes. Era de se

esperar, uma vez que, já por dez vezes consecutivas, o Banco Central Europeu aumentou as taxas de juros, tendo como objetivo que os bancos conseguam recompor os seus lucros

às custas dos aumentos das prestações dos empréstimos. Em Portugal, os cinco principais bancos (CGD, BCP, Santander, BPI e Novo banco) aumentaram os seus lucros

em 58% nos 6 primeiros meses deste ano. Este aumento é sustentado pelo aumento dos créditos de habitação que, desde que os juros começaram a subir, já aumentaram 80%.

Uma situação cada vez mais insustentável

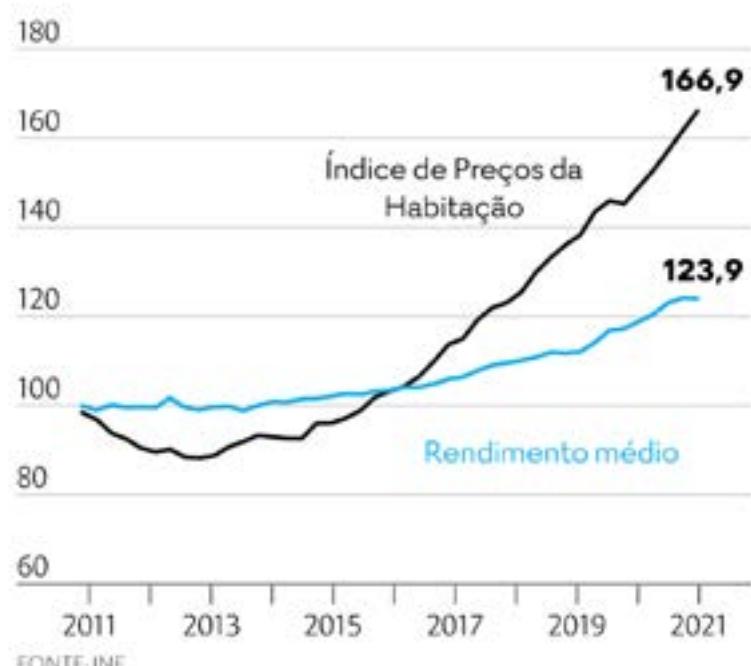
A crise da habitação não é apenas o aumento dos créditos, uma vez que atinge cerca de 27% das famílias em Portugal, mas é também no acesso às casas, atingindo outros 30% das famílias que não têm casa própria. Em Lisboa, as rendas subiram 13,9% no primeiro semestre deste ano e 32,7% em junho face ao mesmo mês de 2022. Este aumento deve-se também à política desastrosa do Governo, que anunciou um possível controlo do aumento das rendas, mas não o aplicou, levando a um aumento antecipado por parte

dos proprietários. No entanto, a evolução do aumento das rendas é quase que constante desde 2016, num ritmo muito acentuado e completamente distinto do aumento dos rendimentos das famílias. As causas dos aumentos já são conhecidas: a liberalização do mercado de arrendamento, os vistos gold, o regime de residência não habitual, incentivos aos nómadas digitais e o alojamento local. É uma nítida inversão do que deveria ser de facto o papel social das casas.

Uma crise com história

A atual crise da habitação é consequência das opções políticas que foram sendo tomadas desde o 25 de Abril. Naquele momento, esteve colocada a possibilidade de a classe trabalhadora e o povo pobre, organizados através das associações de moradores, construir soluções coletivas para a então crise habitacional gerada pelas políticas do Estado Novo. No entanto, a consolidação da democracia burguesa, levada a cabo pelo PS com a cumplicidade

Evolução do Índice de Preços da Habitação vs Rendimento Médio



Especulação e habitação

Dados do próprio Banco de Portugal mostram que 93,9% do investimento direto estrangeiro correspondem a investimento imobiliário realizado por não residentes em Portugal, e que o peso deste tipo de investimento quase duplicou em 15 anos. É o paraíso dos especuladores. Este número é sintoma da busca pelo rendimento potencialmente alto de investi-

mento nas casas em Portugal, principalmente as que são alvo de requalificação. Grandes investidores compram casas, muitas vezes deixadas devolutas por anos, para depois vender ou requalificar, lucrando milhões. A política dos Governos de atrair dinheiro estrangeiro foi como fogo no palheiro para disparar os preços das casas e do arrendamento.

As medidas de Costa servem aos lucros dos bancos

O pacote Mais Habitação, tão discutido nos últimos meses, preserva todas as condições que favorece e estimula a iniciativa privada valorizando o funcionamento do mercado imobiliário como solução para o problema da habitação. Em relação ao mercado de arrendamento, o Mais Habitação prevê a criação de incen-

tivos fiscais aos proprietários para trazer casas ao mercado de arrendamento e mantém os benefícios fiscais aos residentes não habituais. Pior, a proposta não teve a coragem de interferir com a famosa Lei Cristas, que agilizou despejos, liberalizou o mercado e fomentou a especulação imobiliária.

Quanto ao crédito à habitação, das medidas mais comentadas de momento, o "desconto" de 30% nos encargos dos juros nos créditos de habitação é um empurrar com a barriga. O que Costa chama de desconto é um adiamento do pagamento deste valor para daqui a quatro anos, diluído no total do empréstimo. A outra

medida, que é a bonificação dos juros, é um apoio que pode chegar a até 800 euros por ano para as famílias que correspondam aos critérios definidos. É mais uma medida de desvio da verba pública para garantir que as famílias continuem a pagar os lucros dos bancos.

A solução passa por devolver à habitação a sua função social de moradia, e não de lucro!

A solução para a crise da habitação em Portugal passa por atacar o problema pela raiz. É preciso aplicar medidas que enfrentem os interesses dos bancos e especuladores e repõem a verdadeira função social da casa, onde as casas

servem para morar e não para especular, e cada pessoa que

vive e trabalha em Portugal poderá ter uma habitação dig-

na e adequada às suas necessidades.



É preciso:

- Controlo público dos preços da habitação! Preços vinculados ao salário mínimo nacional!

A medida mais imediata para conter a crise da habitação é reduzir os preços das rendas e das casas, através do controlo público. A lógica da autorregulação do mercado foi o que nos trouxe até aqui. É preciso atuar para que os preços da habitação estejam vinculados ao salário mínimo nacional e sejam compatíveis com os rendimentos da classe trabalhadora e dos imigrantes, os mais afetados pela crise da habitação.

- Regular o mercado de arrendamento! Proibir os despejos!

A liberalização do mercado do arrendamento, feita pela lei Cristas, espoletou a subida acentuada das rendas, pois a lógica dos proprietários é lucrar o máximo possível e, assim, priorizam o arrendamento aos setores com maiores rendimentos: estrangeiros, turistas, vistos gold, etc. Quem vive e trabalha na cidade ficou excluí-

do do seu direito à moradia. É preciso regular o mercado do arrendamento e proibir os despejos que são feitos recorrentemente como forma de aumentar ainda mais as rendas.

- Proibir a venda de casas a não residentes! Regular o alojamento local!

A busca dos Governos do PS e PSD pelo investimento estrangeiro no mercado imobiliário levou à sandice desatada que temos hoje, onde as casas de Lisboa são para pessoas que não vivem cá. Temos bairros, como a Mouraria, em que a maior parte das habitações são alo-

jamento local. Inverter esta situação exige proibir as vendas das casas a não residentes e regular o alojamento local.

- Expropriar as casas vazias e de fundos de investimentos para um plano de habitação pública!

Existem diversas casas vazias que são compradas para especular à espera da valorização do imóvel e o retorno do investimento. Se há gente sem casa, não pode haver casas vazias. É preciso expropriar as casas vazias e que são de propriedade dos fundos de investimento para, desta forma, compor um verdadeiro parque de habitações públicas

ao serviço da população com menores rendimentos.

- Acabar com os fundos de investimento imobiliário! Nacionalizar a banca!

Para garantir todas estas propostas é preciso acabar com os fundos de investimento imobiliário e nacionalizar a banca. Não basta dizer que o aumento dos juros tem de sair dos lucros da banca, como dizem BE e PCP. É preciso nacionalizar a banca sob controlo público e assim, através de um governo dos trabalhadores, coloca-la ao serviço dos interesses da classe trabalhadora e do povo pobre.

A NOSSA CLASSE

A luta dos professores: balanços e perspetivas

O ano que passou foi atravessado pela extraordinária luta dos professores. Mas apesar das greves e milhares nas ruas, o Governo não cedeu: legislou sobre os concursos e recusou-se a recuperar os 6 anos, 6 meses e 23 dias de serviço perdidos pelos professores durante a Troika. Estes dois aspectos configuram uma derrota importante na luta dos professores que é preciso encarar.

MARIA SILVA

A FENPROF chegou tarde, mas quando entrou na luta recusou sempre a unidade com o STOP e boicotou o crescendo da luta, promovendo sempre as formas de luta próprias que não incomodavam o Governo, priorizando as greves por distrito e uma manifestação nacional, claramente insuficiente para fazer frente à política ditatorial de Costa&Costa.

O STOP teve o grande mérito de ter iniciado a greve em dezembro de 2022, dando voz ao descontentamento dos professores e promovendo a sua organização democrática e pela base, numa ação combativa e radical que abalou o Governo e o sindicalismo tradicional de calendário e conciliação de classes. No entanto, exatamente pelo peso que ganhou, também o STOP tem responsabilidade nos destinos desta luta.

Os professores sabiam que precisavam de uma grande luta em unidade de todos os setores sindicais para po-



derem derrotar o Governo. Apenas uma grande greve unitária de vários dias no país, incluindo professores e também funcionários, em torno da defesa da Escola Pública, poderia de facto derrotar o Governo. Todavia, depois da entrada em cena da FENPROF, o STOP não desafiou de facto a FENPROF e a sua condução do processo, porque não soube construir uma proposta de luta unitária consequente, e priorizou

a sua autoafirmação. Aceitou a política de cada um para seu lado, mantendo divididas as greves da FENPROF e do STOP, o que o impediu de disputar de facto uma direção combativa para o processo, enquanto o Governo continuava a mandar e desmandar. Além disso, depois de inicialmente abrir a luta dos professores a outros setores, o STOP cedeu a uma política corporativista e mostrou-se incapaz de mobilizar o apoio

A luta pela educação pública precisa de uma alternativa revolucionária

Assumir as derrotas do ano anterior não pode, no entanto, levar-nos a baixar os braços.

A greve de 18 a 22 de setembro organizada pelo STOP acerta quando não quer deixar morrer a chama. Todavia, o STOP insiste numa política de cada um para seu lado, enquanto a FENPROF aponta uma greve para o dia 6 de outubro. Depois de uma derrota, é ainda mais importante reconstruir um caminho de mobilização e juntar forças.

Enquanto se dividem os caminhos da luta de cada um para seu lado, são os professores que continuam a não ver uma direção alternativa que dê voz aos seus anseios. Isso reforça o peso da derrota e dificulta o retomar da luta. O primeiro desafio do ano letivo é, por isso, juntar as forças de todos os sindicatos para encostar o Governo à parede e recusar os simulacros de negociação que Costa tanto gosta de encenar. Ao mesmo tempo, a maioria resolvendo os problemas dos professores e da classe tra-

b-

lhadora, como a Geringonça bem demonstrou. É preciso reconstruir a confiança na luta dos professores com uma direção sindical combativa, com uma proposta de luta unitária e combativa, que não baixe os braços. Mas ao mesmo tempo saber que será apenas uma luta política revolucionária da classe trabalhadora, junto com os professores, pais e funcionários, poderá reverter de forma duradoura a destruição da Escola Pública em curso.

A NOSSA CLASSE

Retrocesso na Groundforce: é preciso uma nova direção dos trabalhadores

A aviação foi dos sectores que mais sofreu com a pandemia. A resposta dos governos e suas instituições, inclua-se aqui a União Europeia (UE), foi aproveitar para diminuir ainda mais os direitos e salários dos trabalhadores. Perante isso, a inépcia e caridade das direções históricas dos trabalhadores faz tocar a sirene de emergência para a necessidade da substituição destas por novas, que sejam combativas, democráticas e independentes.

CARLOS ORDAZ

A aviação é um exemplo de como a política liberal, defendida por governos e empresas como sendo benéfica e de melhoria das condições, resulta em mais carestia e precariedade. Nem para trabalhadores nem para passageiros a aviação e os seus serviços associados melhoraram, bem pelo contrário. O aumento exponencial de passageiros em todo o mundo, e tudo a ele associado, tem sido acompanhado por uma degradação generalizada dos serviços. Quer seja a sobrecarga do espaço aéreo e dos aeroportos, provocando

atrasos avião-sim-avião-sim, quer seja na comodidade da viagem, com espaços cada vez mais exíguos dentro da aeronave, critérios de tempos de operação mais reduzidos e sob mais pressão, etc. Para tamanho aumento do tráfego aéreo, do dinheiro que a indústria movimenta e dos lucros correspondentes, muitas das companhias recuam nos serviços prestados aos passageiros para maximizar os lucros. Para os trabalhadores, que suportam todo este crescimento, a situação também não é positiva, o trabalho aumenta e os



seus salários e direitos são interditados em nome do santo lucro das empresas e da distribuição aos acionistas.

do governo pelos escândalos na TAP). A Menzis, futura dona da Groundforce, na sua aquisição através do processo de insolvência nada paga e, ao que parece, também receberá pela sua gestão.

Groundforce e a história da sua privatização

O caso da SPdH/Groundforce é paradigmático. A primeira fatia da TAP a ser privatizada passou a ser a filha ilegítima da companhia de bandeira. Primeiro vendida ao Grupo Globália (Espanha) que “rescin-

de” contrato passados poucos anos e leva o dinheiro de volta para casa. Após uns anos sem “dono”, em 2012, a empresa é entregue ao Grupo Urbano, que antes de pôr algum dinheiro (simbólico) recebeu

Acordo de Empresa com desfecho trágico

Mas na história da Groundforce não há só a semelhança das “compras”, há a semelhança das negociações do Acordo de Empresa (AE) e o seu desfecho sempre trágico para quem dia a dia carrega a em-

presa às costas e dá o lucro aos “Casimiros”. O processo de insolvência a que foi sujeita a SPdH/Groundforce decretado há dois anos, a pedido da sua acionista TAP, espoletou um Plano de Recuperação que

possibilitará pagar dívidas a empresas credoras através de alterações ao AE que rebaixam e congelam direitos e salários. No Plano, as empresas negociam em baixa o contrato de prestação

Sindicatos assinam por baixo... contra os trabalhadores

Quanto ao Plano de Recuperação, o maior sindicato do setor (SITAVA), afeto à CGTP, apressou-se a ser o primeiro a entrar em acordo, sem o Plenário e referendo que tinha prometido e fazendo o papel que mais ou menos sempre fez, recordemos

não compram o bilhete para ver.

O setor do handling é um setor que sempre deu e dará lucro, e os capitalistas sabem-no bem. Os representantes dos trabalhadores estão a pensar do lado dos administradores, em vez de ficarem

de handling entre a TAP e a Groundforce, hoje cerca de 70% da faturação da empresa de handling, permitindo à companhia aérea poupar mais do que alguma vez investiu.

do lado dos trabalhadores na defesa intransigente dos seus salários e direitos. Hoje, mais do que nunca, é fundamental uma nova Comissão de Trabalhadores e novas direções sindicais que melhorem as nossas vidas!

INTERNACIONAL

Sahel, dos Golpes à Revolução?

A 26 de julho deste ano ocorria no Níger um golpe de Estado que redundou na tomada do poder pelos militares, na figura do General Abdulrahman Tchiani, Comandante da Guarda Presidencial do deposto presidente Mohammed Bazoum. Assim, o Níger juntava-se ao Burkina Faso, Guiné-Conacri, Mali e, posteriormente, Gabão na lista de países onde ocorreram golpes de Estado.

ANTÓNIO TONGA

O Níger encontra-se no Sahel, sub-região da África Ocidental, em forma de faixa, que percorre o continente a partir da costa ocidental no Oceano Atlântico até ao Mar Vermelho a Leste, marcando o limite norte entre o Deserto do Sahara e a porção subsariana do continente.

Apesar das riquezas minerais, os países do Sahel enfrentam de forma dramática os efeitos das alterações climáticas, que fazem com que durante o ano até 50% da terra arável sofra com os efeitos da seca severa, sendo uma das regiões mais pobres do mundo, onde a

ausência de infraestrutura se combina com os baixos níveis de alfabetização.

Historicamente sede de algumas das principais civilizações africanas, pela sua localização enquanto fronteira entre o mundo mediterrânico e as savanas da África Ocidental,

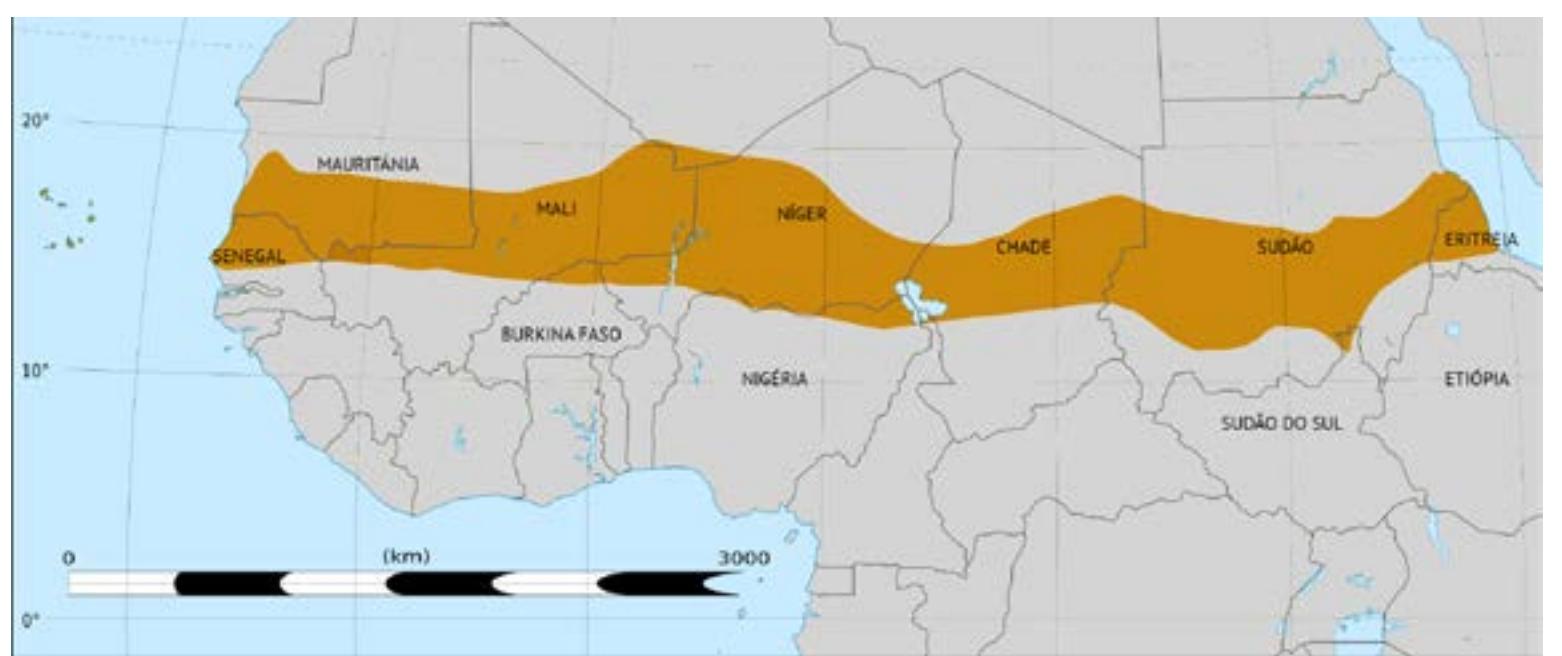
surgiram nesta região os impérios do Gana, Mali e Songhai, que deixaram grandes centros de conhecimento e cultura, como podemos ver em Tombuctu e Gao.

Porém, a história recente do Sahel é marcada pelo colonialismo francês, o trabalho forçado, deslocalização forçada desses povos e territórios, na chamada África Ocidental

francesa, cujo poder se aliou às autoridades regionais mais submissas e oportunistas, esmagando os resistentes, e aliando-se às estruturas socio-políticas verticais e patriarcais próprias da região.

Hoje constatamos o efeito brutal do neocolonialismo francês, que estabeleceu acordos pós-coloniais que obrigam os países independentes ao pagamento das dívidas deixadas pela administração colonial. A aplicação do franco CFA, emitido e controlado pelo tesouro francês, garante poder à França para intervir militarmente mediante o seu interesse, o que acontecia repetidamente, sob a forma

de golpes de Estado, e envio de forças militares francesas. Desta forma, assegurava a rapina das matérias-primas locais em condições ultrafavoráveis, como acontece com a mineradora francesa Orano, que domina o mercado da exploração do urâno no país e tem capital próprio duas vezes superior ao PIB nigeriano. As aspirações francesas em África ganham uma outra importância no atual equilíbrio de forças mundial, quando a corrida armamentista é uma realidade no pós-invasão russa da Ucrânia, e a soberania energética e transição verde pautam as prioridades dos países.



A luta dos povos do Sahel em defesa dos seus interesses

Hoje, apesar de todas as iniciativas dos aparatos mundiais de ajuda humanitária, mais de 10 milhões de pessoas no Sahel estão ameaçadas pela insegurança alimentar. Isto é agravado pela profunda crise causada pela proliferação dos grupos jihadistas a partir da década

passada, que coloca em cheque o abastecimento interno e cria um autêntico êxodo nas áreas de influência desses grupos de insurgentes. A situação de extrema impopularidade dos governos e das tropas francesas que, após longo desgaste no combate ao terror, tinham pou-

co ou nada para apresentar, combina-se com uma enorme instabilidade, produto dos fatores anteriormente referidos, que oferece o pano de fundo perfeito para os golpes. Assim, para além de expressão do rotundo fracasso da estratégia do imperialismo,

os golpes são também expressão inequívoca da luta de classes, sendo obrigação dos revolucionários e daqueles que lutam pelo nosso continente dialogar com o justo sentimento de satisfação das massas quando se dá o derrube de agentes da França.

INTERNACIONAL

Por uma verdadeira independência nacional

É uma tarefa indispensável da Revolução Africana romper com o neocolonialismo imperialista francês, mas também com o poder dos EUA, enquanto principal potência mundial. Por isso, ante qualquer ameaça de invasão do Bloco CEDEAO (Comunidade dos Países da África Ocidental) ao Níger, estaremos no campo dos nigerinos que instam os seus irmãos Haúcas-Fulani da Nigéria a resistirem ao governo lacaiado do recém-eleito Bola Tinubu,

impedindo qualquer invasão que reponha Bazoum no Níger. Porém, e, apesar de importante, este posicionamento por si não contribui para elevar a condição de luta das classes exploradas para além das fronteiras do poder golpista dos militares da região; é preciso carregar no acelerador para garantir a expulsão dos algozes dos povos africanos, com quem os militares vão inevitavelmente conciliar. Esse pedal está sem dúvida a

ser acionado quando as ameaças francesas e da CEDEAO obrigam os regimes do Mali, Burquina e Níger a equacionar seriamente a união entre os três países. Nós, revolucionários, devemos aproveitar para propagandear a ideia de uma federação do Mali Socialista, que permita elevar as possibilidades desses povos. Ainda assim, em nenhum momento temos ilusões nos governos militares que assumem o poder. Primeiro porque sabemos que as forças

armadas são o braço do Estado capitalista e da repressão sobre a classe trabalhadora. Além disso, sabemos a centralidade que as instituições militares desempenham, enquanto garantes da entrega dos recursos do continente ao Imperialismo, não sendo raro que muitos dos homens-fortes dos regimes se tornem em generais-empresários. A garantia da aplicação dos interesses dos povos africanos é que o poder esteja nas mãos dos trabalhadores.

Na luta pela soberania dos povos africanos, Rússia e China não são aliados

Por outro lado, é também neste particular que entra a Rússia e, noutro patamar, a China enquanto supostos "amigos" dos povos africanos. A Rússia tem desenvolvido uma política agressiva de cooptação, baseada na presença do Grupo Wagner no terreno, oferecendo aos novos regimes militares força mercenárias que não respondem a nenhum estado, por isso não estranhemos os preocupantes relatos de massacres efetuados por este grupo. E mais! Com Wagner não há almoços grátis, e por isso os homens anteriormente liderados por Prigozin, têm recebido principalmente do Mali e da República Centro-Africana a sua fatia na exploração das matérias-primas.

Putin aproveita-se do "sucesso" da presença de Wagner em África para branquear as consequências nefastas para o continente africano da sua política de bloqueio à saída dos cereais ucranianos.

Para complementar, a política mais subtil da China tem efetuado inúmeros empreendimentos e empréstimos, sobretudo a nível da infraestrutura, que potencialmente salvaguardam a sua posição de explorador dos povos africanos. Falamos concretamente de empreendimentos como o Porto de Mombassa e a via que

liga Nairobi ao Quénia, e também a construção do Porto de Djibuti, que ligaria ao mar a única base militar da China em África. Todas estas construções massivas vêm com a contrapartida de que caso haja incumprimento nas obrigações relativamente às dívidas, a gestão passará para a China, que vem gozando de uma crescente influência enquanto potência imperialista emergente, capaz inclusive de fechar a porta dos BRICS a um colosso económico como é a Nigéria em detrimento da Etiópia, parceira de Pequim.

É central, para nós, a compreensão do carácter imperialista da China e da Rússia, e como estes novos agentes da luta imperialista não são a so-

transformações. Só a classe trabalhadora organizada, com os seus próprios organismos e organizações, pode fazer a revolução no campo, impor uma planificação da produção para que o povo não passe fome e democratizar estruturas autoritárias como as forças armadas, para que as armas estejam sempre do lado certo. Só a classe consciente da penúria do neocolonialismo, e consciente da sua força e do carácter internacional da luta pela emancipação do continente pode corajosamente cancelar o pagamento das dívidas aos países imperialistas. Por essas razões, o Sahel e todo o continente hão que passar dos golpes à Revolução.



NACIONAL

Não sabe se paga a renda ou a comida? Não se preocupe: no fim do curso, o Governo devolve-lhe as propinas!

No início do mês de setembro, o Governo Costa anunciou uma série de medidas supostamente destinadas a apoiar os jovens em Portugal. Dentre as principais medidas anunciadas estão o passe gratuito para jovens até os 23 anos de idade (a entrar em vigor em 2024); a devolução dos valores pagos em propinas no ensino superior público a cada ano de trabalho posteriormente completado pelos jovens em Portugal; o IRS zero no primeiro ano de rendimentos (a aumentar progressivamente nos anos seguintes).

MARINA PERES

Ora, a gratuitidade dos transportes peca por tardia e, aliás,

deveria estender-se a uma idade mais alargada e também a outros setores da população. Já o pacote de medidas, anuncia-

do em época de início das aulas nas escolas e universidades, é quase uma piada de mau gosto, se o Governo o pretendia

como uma resposta aos problemas da juventude em Portugal. tem que trilhar outro caminho.

A batalha por se conseguir manter na Universidade

A realidade da juventude que luta para conseguir estudar em Lisboa ou nos seus arredores neste momento é procurar casas para arrendar e não encontrar sequer quartos por menos do que um salário mínimo. E ao salário mínimo, que é todo destinado a pagar

a renda, soma-se o valor das propinas e, embora o Governo o pareça ignorar, acrescem os gastos com alimentação, água, eletricidade, gás e outras despesas básicas.

No atual cenário de inflação, a realidade dos jovens que conseguem ingressar nas uni-

versidades - para não falar da juventude que, devido aos valores das propinas e por outras razões, não o pode fazer e vai trabalhar logo, - é ter de escolher entre pagar a renda e alimentar-se. Na Universidade de Lisboa, segundo notícia do Público de fevereiro deste ano, a Cantina

Velha, que antes da pandemia, em 2019, servia 400 refeições sociais por dia, hoje serve 1600. A quem hoje tem que escolher entre pagar a renda ou alimentar-se, responde o Governo que daqui a 3 ou 4 anos poderá começar a devolver os valores pagos em propinas.

Salários baixos e precariedade

Se a intenção desta promessa era conter a emigração de jovens trabalhadores qualificados que, diante dos baixíssimos salários pagos em Portugal, procuram trabalho em outros países, sequer para esta finalidade a medida parece ser suficiente. O avanço da precarização do trabalho em Portugal nos últimos anos é de tal forma que o salário médio dos trabalhadores com formação superior era, em 2011, 1570 euros; atualmente é de 1359 euros: ou seja, diminuiu em 211 euros. Entre os jovens

com ensino superior, a quebra de salário real entre 2011 e 2021 foi de 17%. Os dados são de uma reportagem do Público, datada de junho deste ano.

Mais: segundo uma reportagem do Expresso de dezembro de 2022, 73% dos jovens entre 25 e 30 anos a trabalhar em Portugal tinham contratos a termo. A utilização abusiva generalizada deste tipo de contratos, com absoluta conivéncia do Governo, cujas reformas à lei laboral desde a época da Troika abriram cada

vez mais espaço para isto, transformado o trabalho com contrato efetivo numa miragem para a juventude, que salta de um trabalho precário para o outro sem a menor perspectiva de estabilidade.

Lutar por um projeto de futuro

Espalmada entre a precariedade laboral e os surreais preços das rendas - sequer falamos de preços para a compra de imóveis, cada vez mais distante da perspetiva de quem trabalha em Portugal -, não poderia ser mais evidente que a juventude

não pode esperar nada deste Governo. As medidas que realmente podem resolver os problemas da juventude - a começar pelo aumento real do salário, pelo fim dos falsos contratos a termo, pelo controlo das rendas e fim das propinas - só com muita luta

e organização poderão ser arrancadas. Por isso dizemos: não queremos presentes, queremos o direito a um futuro! E esse, sabemos, passa por uma luta antissistema e revolucionária.

